

---Aos vinte sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e três, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---PONTO NÚMERO UM – Período antes da Ordem do Dia;-----

---PONTO NÚMERO DOIS – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro.-----

PONTO NÚMERO TRÊS – Apreciação e eventual aprovação do pedido de autorização da Câmara Municipal para aquisição de um prédio rústico ao munícipe Francisco Gabriel da Silva.-----

---PONTO NÚMERO QUATRO – Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração à Tabela de Taxas, na sequência da transferência de competências dos governos civis para as câmaras municipais: Taxa de Exploração e Registo de Máquinas Automáticas, Mecânicas, Eléctricas e Electrónicas de Diversão.-----

---PONTO NÚMERO CINCO – Apreciação e eventual aprovação da Proposta Ratificação dos Contratos de Leasing celebrados pela Câmara Municipal.-----

--PONTO NÚMERO SEIS – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Atribuição de Méritos Excepcionais e Louvores por bons serviços a funcionários.-----

---PONTO NÚMERO SETE – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Atribuição de Mérito Excepcional a um funcionário pelo anterior executivo.-----

---PONTO NÚMERO OITO – Nomeação de dois membros da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Selecção para atribuição de Bolsas de Estudo.-----

---PONTO NÚMERO NOVE – Período fora da Ordem do Dia.-----

---Seguidamente o Segundo Secretário desta Assembleia procedeu à chamada, tendo-se verificado a ausência dos Membros Humberto da Silva Marques e José Pedro Rolim Horta.-----

---Verificado o quórum o Presidente da Mesa deu início à sessão, eram vinte e uma horas e quinze minutos.-----

---O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos presentes, a pedido do Presidente da Câmara, a inclusão de mais um ponto na Ordem de Trabalhos, com a seguinte designação “Contratos de Factoring”.-----

---Depois de colocado à votação a inclusão deste ponto, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

--De imediato o Senhor Presidente da Mesa rectificou a ordem de trabalhos, versando os seguintes pontos:-----

--PONTO NÚMERO NOVE – Contratos de Factoring, para eventual ratificação.-----

---PONTO NÚMERO DEZ – Período Fora da Ordem do Dia.-----

--PONTO NÚMERO UM – Período Antes da Ordem do Dia.-----

--O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da acta da reunião anterior.-----

---Depois de se ter procedido a uma rectificação solicitada pela Membro Sílvia Teresa, no que se refere à designação da EXPO/98, foi a mesma aprovada por maioria com três abstenções.-----

---Tomou a palavra o primeiro Secretário, tendo procedido à leitura da correspondência recebida, colocando-a à disposição dos Ilustres Membros desta Assembleia Municipal. Deu ainda conhecimento das justificações de falta apresentadas pelo Membro Anabela Blanc Capinha Corado, relativa à sessão de dezanove de Dezembro de dois mil e dois.-----

---Seguidamente o Membro Frederico Garcia passou a dar conhecimento do ponto da situação, e do que se passou no decorrer do ano transacto, relativamente à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do concelho.-----

--Tomou a palavra o Membro Ricardo Ribeiro, fazendo três intervenções. A primeira, questionando se a Câmara, ou a Assembleia tinham conhecimento da intenção de encerramento de um sector da Maternidade do Centro Hospitalar de Caldas da Rainha, e, se, o número de médicos seriam suficientes para o sector da maternidade. A segunda, que se transcreve: “ Grupo Municipal do PSD. O passado ... e o futuro!. Volvido um ano de actividade deste executivo à frente dos destinos do Concelho é tempo de fazer uma reflexão sobre o passado, mas sobretudo o que será o futuro... A expectativa é muito grande. O trabalho desenvolvido nos últimos meses por este executivo foi de tal ordem que fazem-lhe recair enormes expectativas para o futuro. Contudo, importa salientar que entenderemos com muita facilidade se algo correr menos bem. Não o fazemos de modo gratuito... Mas sim pelo trabalho e pela confiança que este executivo já provou merecer de todos, independentemente do partido. Poderíamos até fazer um balanço sobre a actividade camarária em dois mil e dois, o que seria fastidioso. Contudo, salientar apenas as largas dezenas de quilómetros de estrada alcatroada, a reanimação cultural, a dinâmica socio-económica, a reconciliação de Óbidos com os Óbidenses. Enfim, um conjunto de medidas que elevaram o orgulho de ser Óbidense. Seria da maior hipocrisia, assumir que tudo está feito. Bem sabemos da necessidade de muitas reformas. Mas... este executivo tem-nos mostrado a capacidade e a firmeza de identificar as dificuldades bem como de as resolver por ordem de prioridades. Este primeiro ano deu para sentir o pulsar da máquina, acreditamos que os próximos anos poderemos ver a verdadeira máquina já em velocidade cruzeiro, com um rumo previamente definido e muito bem delineado, onde se esboçam objectivos, novas estratégias com vista a

obtermos um concelho de exemplo a seguir pelos outros. Não temos dúvidas de que os próximos anos serão anos bem difíceis. Mas Senhor Presidente e restante equipa... mesmo assim acreditamos que terão a arte e o engenho de remar contra os maus momentos que se avizinham, tal como nos mostraram no passado recente. Serão anos de muito trabalho e rigor. Se há um ano atrás a mudança era fundamental, hoje é prioritário a definição das grandes linhas estratégicas para o Concelho. A autarquia terá de ter em conta o essencial para o desenvolvimento da políticas que visam um incremento da qualidade de vida da população, chamando a si responsabilidades que embora não sendo suas, mas que são determinantes para um desenvolvimento equilibrado e harmonioso nas mais diversas vertentes que de âmbito local quer regional ou mesmo nacional. O posicionamento geoestratégico obriga a um maior esforço na melhoria dos padrões de vida e de trabalho. Mas... também nesta matéria aguardamos com tranquilidade na medida em que sabemos que já identificou os meios para atingir estes fins. Abrindo as portas do Concelho ao exterior, será determinante para atingir os objectivos pretendidos, mas para tal é necessário criar novos incentivos. Para que tudo isto seja possível no nosso entender, é necessário uma aposta num conceito de desenvolvimento integrado, o que implica naturalmente uma actuação conjunta em matérias fundamentais como o Desenvolvimento económico, a Habitação, a Integração Social, a Educação, o Turismo, a Qualificação Urbana e fundamentalmente o equilíbrio ambiental. Os primeiros passos já foram dados... se algo foi feito, muito há ainda por fazer neste concelho... O conceito de futuro em Óbidos foi lançado... trata-se de um concelho para o século XXI, que lavará a todos um futuro melhor, digno, humano, desenvolvido, evoluído e garantia de um dia de sol para todos e sobretudo para as novas gerações. Sabemos que este executivo saberá responder no momento próprio, a todos os anseios, e a população partilha desta ideia. Prova que o projecto apresentado há um ano é um projecto de futuro. Ricardo Pedras Ribeiro.” A terceira intervenção prendeu-se com a Associação da Casa do Povo do Concelho de Óbidos, referindo que nunca houve eleições livres, não tendo uma contabilidade organizada, nem actas das mesmas assembleias. Passando a dar conhecimento aos restantes Membros que foi nomeada uma comissão eleitoral, tendo mesmo sido já marcado um acto eleitoral.-----

-----Interveio o Membro Jaime Silva, discordando com o Membro Ricardo Ribeiro respeitante à afirmação que fez, quando dizia que a associação não tinha contabilidade organizada, referindo que o próprio durante algum tempo tinha efectuado a contabilidade da mesma.-----Usou da palavra o Membro Ricardo Ribeiro, informando que a informação tinha sido dada pela anterior direcção.-----Tomou a palavra o Presidente da Câmara, esclarecendo os Membros da Assembleia que

não é habitual a Câmara intervir em actos eleitorais de associações, referindo ser necessário regularizar a situação, deu ainda a conhecer que o acto eleitoral ia ser feito nas instalações da Câmara Municipal, não estando a associação autorizada para tal sem o consentimento da Câmara. Relativamente ao assunto do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, não tinha conhecimento das questões colocadas pelo Membro Ricardo Ribeiro, referindo que se iria informar de tal situação.-----Interveio o Membro Rui Araújo referindo não ter conhecimento do fecho de algum sector da Maternidade do Centro Hospital de Caldas da Rainha.-----PONTO NÚMERO DOIS – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro.-----Foi presente a informação referida em epígrafe, que se dá por transcrita devido à sua extensão, ficando apensa à presente acta e fazendo parte integrante da mesma, tendo o Senhor Presidente da Câmara tecido algumas considerações acerca deste assunto.-----

---PONTO NÚMERO TRÊS – Apreciação e eventual aprovação do pedido de autorização da Câmara Municipal para aquisição de um prédio rústico ao município Francisco Gabriel da Silva.-----

---Pelo Senhor Presidente da Mesa foi presente a cópia de parte da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em vinte de Janeiro de dois mil e três, referente ao assunto em epígrafe, tendo submetido de imediato este assunto à discussão.-----

---Não se tendo registado intervenções, foi este assunto colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO QUATRO – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de alteração à Tabela de Taxas, na sequência da transferência de competências dos governos civis para as câmaras municipais: Taxa de Exploração e Registo de Máquinas Automáticas, Mecânicas, Eléctricas e Electrónicas de Diversão.-----

---Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da cópia de parte da acta enviada pela Câmara Municipal, respeitante a este assunto, que se transcreve: “CRIAÇÃO DE TAXAS MUNICIAPIS, VISANDO O LICENCIAMENTO DE EXPLORAÇÃO E REGISTO DE MÁQUINAS AUTOMÁTICAS, MECÂNICAS, ELÉCTRICAS E ELECTRÓNICAS DE DIVERSÃO: Foi presente uma informação relativa ao assunto em epígrafe, que se transcreve: “Com a publicação do Decreto-Lei número duzentos e sessenta e quatro, barra, dois mil e dois, de vinte cinco de Novembro, foram transferidas para as Câmaras Municipais diversas competências anteriormente atribuídas aos

Governos Civis. É o caso, entre outros, do licenciamento de exploração e registo de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão. Assim sendo, torna-se necessário criar taxas que possibilitem à Câmara proceder aos licenciamentos nesses domínios. Deste modo, proponho a criação das seguintes taxas: Exploração e registo de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão: Licença de exploração – por cada máquina, por ano oitenta e cinco euros e cinco cêntimos, registo de máquinas – por cada máquina oitenta e cinco euros e cinco cêntimos, averbamento por transferência de propriedade – por cada máquina quarenta e três euros e vinte cêntimos; segunda via do título de registo – por cada máquina vinte e nove euros. À consideração de V: Exa.”-----O executivo Camarário deliberou por unanimidade aprovar a criação destas novas taxas municipais, nos termos da informação em análise. Mais deliberou remeter este assunto para apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal.”-----

-----Não se tendo verificado intervenções, foi este assunto colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----PONTO NÚMERO CINCO – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Ratificação dos Contratos de Leasing celebrados pela Câmara Municipal.-----

---O Presidente da Mesa procedeu à leitura de uma informação técnica, relativa a este assunto, que se transcreve: “Assunto: Contratos de Leasing a submeter à Assembleia Municipal. De acordo com o número quatro do artigo dezanove da Lei número trinta e dois B, barra, dois mil e dois (Orçamento de Estado para dois mil e três), o montante do endividamento global líquido do conjunto dos municípios, incluindo todas as formas de dívida, não poderá exceder o que exista em trinta e um de Dezembro de dois mil e dois. Já o artigo sete da Lei número dezasseis A, barra, dois mil e dois, de trinta e um de Maio (alteração ao orçamento de Estado para dois mil e dois), estabelece restrições ao incremento do endividamento municipal, introduzindo o conceito de endividamento líquido. Por endividamento líquido, entende-se o resultado do somatório do stock da dívida contraída junto da banca, com o capital em dívida resultante da celebração de contratos de locação financeira. Assim, estes contratos passam a ser considerados como dívida. Pelo exposto na alínea d) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cinco A, barra, dois mil e dois (Competências dos órgãos dos municípios), compete à Assembleia Municipal “aprovar ou autorizar a contratação de empréstimos nos termos da lei”. Ora, sabendo que os contratos de locação financeira, são considerados como financiamento, será também da competência da Assembleia Municipal aprovar e autorizar a contracção desta forma de dívida. O quadro em anexo demonstra os contratos de locação financeira existentes à presente data, bem como o respectivo capital em dívida. Os contratos em causa foram celebrados após a

entrada em vigor do orçamento rectificativo para dois mil e dois acima referido, pelo que já seriam considerados como dívida. Assim, e pelo acima exposto, deveriam ter sido alvo da aprovação e autorização da Assembleia Municipal. Com o intuito de colmatar este lapso, sugere-se que os quatro contratos existentes sejam submetidos à próxima Assembleia Municipal, mas neste caso apenas para ratificação. À consideração superior”-----

---Usou da palavra o membro desta Assembleia Fernando Jorge Silva, salientando que compreendia a razão pelo qual este assunto tinha sido presente à assembleia Municipal, o que não percebia, era porque razão que só agora o tinha sido feito.-----

---Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal, informando não existir qualquer tipo de ilegalidade neste procedimento e que se tratava meramente de uma atitude de prudência, visto haver opiniões diferentes quanto à interpretação da lei, relativamente a este assunto e que esta questão se tinha colocado na sequência da entrada em vigor da Lei do novo orçamento de Estado.-----

---Tendo esta questão sido submetida à votação, foi a mesma ratificada por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SEIS – Apreciação e eventual aprovação da proposta de Atribuição de Méritos Excepcionais e Louvores por bons serviços a funcionários.-----

---Sobre este assunto foi presente uma cópia de parte da acta da reunião camarária, realizada no passado dia vinte de Janeiro do corrente ano, que se transcreve: “PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MÉRITOS EXCEPCIONAIS E LOUVOR POR BONS SERVIÇOS: Pelo Senhor Presidente da Câmara foi proposto atribuir mérito excepcional e louvor por bons serviços aos funcionários que mais se destacaram ao longo do ano de dois mil e dois, apresentando para este efeito uma listagem com o nome dos seguintes funcionários: Mérito excepcional – Joaquim Claudino Encarregado do Pessoal Operário; Lúcia Fernandes, Chefe da Secção de Contabilidade, Fernando Oliveira, canalizador, Luís Costa, Motorista de Pesados e Ondina Branquinho, secção de Obras Particulares. Louvor por Bons serviços: Acácio Santos, Responsável pela Brigada de Alcatroamentos; Sérgio Gorjão, responsável pela Cultura; Alda Santos, Apoio às reuniões de Câmara; Rui Vieira, Apoio às Actividades de Animação turísticas e culturais; Paula Ribeiro, Apoio às Actividades de animação turísticas e culturais, Luís Almeida, Engenheiro Civil; José António Zina, Apoio às Actividades Desportivas; Luís Tavares, Apoio Administrativo ao Armazém, Zita Timóteo, Apoio administrativo ao saneamento e Água, José Maria Tenreiro, responsável pelos Transportes Colectivos, Zélia Moniz, Apoio Social e Educação.-----

O executivo Camarário comungou da proposta apresentada, realçando a importância desta iniciativa, pelo que deliberou por unanimidade aprovar a referida proposta nos termos

apresentados. Mais deliberou remeter este assunto para ratificação da Assembleia Municipal.”-----Tomou a palavra o Presidente da Câmara explicando que a atribuição destes méritos constituía uma política de incentivo aos trabalhadores.-----Usou da palavra o Membro Rui Araújo perguntando se a votação era à lista apresentada ou individualmente, uma vez que só votaria favoravelmente alguns nomes apresentados.-----

Tomou a palavra o Presidente da Mesa esclarecendo que a votação iria ser feita por voto secreto, à lista apresentada.-----

Pediu a palavra o Membro Rui Araújo, referindo que a lista banalizava o sistema, sendo esta um pagamento de favores políticos.-----

-----Tomou a palavra o Presidente da Câmara solicitando ao Membro Rui Araújo que tivesse a coragem de explicar o que são favores políticos.-----

--Usou da palavra o Membro Rui Araújo, referindo que não pode ser acusado de falta de coragem, em virtude de o voto ser secreto.-----

Pelo Segundo Secretário foi referido que não deveriam ter sido feitas insinuações, não existindo fundamento.-----

Não havendo mais intervenções, foi o mesmo assunto submetido à votação, por escrutínio secreto, tendo sido aprovado por maioria, com dois votos contra, três abstenções e dezassete votos a favor.-----

Seguidamente o Presidente da Mesa usou da palavra, agradecendo aos serviços, o apoio que tem vindo a prestar a esta Assembleia.-----

PONTO NÚMERO SETE – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Atribuição de Mérito Excepcional a um funcionário pelo anterior executivo.-----

---Foi presente uma cópia de parte da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no passado dia três de Dezembro, sobre este assunto, que se transcreve: “PROPOSTA PARA ATRIBUIÇÃO DE MÉRITO EXCEPCIONAL AO FUNCIONÁRIO OCTÁVIO MANUEL DIAS ALVES:- Pelo Senhor Presidente foi presente a proposta de atribuição de mérito excepcional ao funcionário Octávio Manuel Dias Alves, que se dá nota: - O funcionário em referência é actualmente do quadro privativo da Câmara Municipal de Óbidos, com a categoria de Técnico profissional e Especialista Principal (Aferidos de Pesos e Medidas). A sua classificação de serviço, tem sido MUITO BOM. O Octávio Alves tem-se revelado um funcionário responsável, tem cumprido as tarefas que lhe são cometidas sempre com excelente aptidão e com responsabilidade. Para além daquelas, tem executado tarefas, tais como, todo o processo eleitoral; rendimento mínimo garantido, apoio à Assistente Social; deslocações a vários Organismos Públicos, para entrega de dossiers e outros; apoio ao FILMOBIDOS; apoio a Bienais quando estas se realizaram; apoio às diversas actividades culturais (festival de Música Antiga, festival de Jazz e outros concertos), especialmente no transporte de elementos para os mesmos;

organizou todo o processo para qualificação do serviço municipal de metrologia, que se encontra qualificado pelo IPQ. É um funcionário assíduo, pontual, prestável sempre para qualquer situação, para a qual seja solicitado. Por último desempenhou nestes últimos meses o cargo de motorista particular do Presidente da Câmara, disponibilizando o seu tempo quase na totalidade.”-----

-----A Câmara atendendo ao enunciado deliberou aprovar a proposta de atribuição de mérito excepcional ao funcionário Octávio Manuel Dias Alves.”-----O Presidente da Mesa deu conhecimento aos membros da Assembleia que esta proposta de atribuição de mérito excepcional já tinha sido aprovada pelo anterior executivo camarário, tendo ficado pendente, no que se refere à apreciação por parte deste órgão autárquico.-----

----- Inteveio o Membro desta Assembleia Jaime Silva, informando que este assunto já tinha sido incluído na Ordem de Trabalhos de anteriores sessões, mas que, em virtude de não se ter verificado quorum aquando da realização das mesmas, não foi possível a apreciação do referido assunto.-----Tendo este assunto sido colocado à votação, por escrutínio secreto, foi o mesmo aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor, cinco abstenções e um voto contra.-----

----- --PONTO NÚMERO OITO --
Nomeação de dois membros da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Selecção para Atribuição de Bolsas de Estudo.-----

----- --Relativamente a este assunto, o Presidente da Mesa passou a ler uma informação técnica, que se transcreve: “assunto: Comissão de Selecção para Atribuição de Bolsas de Estudo. De harmonia com o regulamento de Atribuição de Bolsas de estudo a alunos do Concelho que frequentam o Ensino Superior, aprovado pela Assembleia Municipal, no dia trinta de Setembro último, venho solicitar nos termos do artigo oitavo, do referido Regulamento a nomeação de dois elementos a indicar pela Assembleia Municipal. À consideração superior.”- ---Tomou a palavra o Membro Ricardo Ribeiro, propondo que fosse sugerido um nome em representação de cada Grupo Municipal, tendo indicado o nome do Membro Frederico Manuel de Sousa Garcia, pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata. Esta proposta foi contraposta pelo Membro Jaime de Oliveira e Silva que sugeriu o Membro Fernando Jorge Sousa e Silva, como representante do Grupo Municipal do Partido Socialista..----- -- Verificando-se unanimidade na presente proposta, foi a mesma colocada à votação por escrutínio secreto, tendo sido aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor, uma abstenção e dois votos nulos.-----

--PONTO NÚMERO NOVE - Contratos de Factoring, para eventual ratificação.-----

---O Senhor Presidente da Mesa, passou à leitura de uma informação, subscrita

pela Chefe da Secção de Contabilidade, referente a este assunto, que se transcreve: “Exmo. Senhor Presidente. De acordo com o solicitado por V. Exa., informo que dívidas a alguns Fornecedores/Empreiteiros são pagas directamente a firmas de factoring, que passo a citar: Medidata – BNP Factor, Companhia Internacional de Aquisição de Crédito S.A.; António Mendes Henriques – BPI Factor, Sociedade Portuguesa de Factoring, S.A.; André & Brás – BPI Factor – Sociedade Portuguesa de factoring, S.A.; Pisoeste – Lusofactor, Sociedade de Factoring, S.A. e Otto Industrial – Heller Factoring Portuguesa, S.A.. A presente informação deverá ser submetida à Assembleia Municipal para ratificação. À consideração superior.”-----Após alguns esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente e pelo Vice Presidente da Câmara acerca deste assunto, foi o mesmo submetido à votação, tendo sido ratificado por unanimidade.-----PONTO NÚMERO DEZ – Período fora da Ordem do Dia.-----Não se tendo verificado quaisquer intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e cinco minutos, e eu Frederico Manuel de Sousa Garcia, Primeiro Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei a presente acta que também vou assinar.-----